



2.15 • Nacionalismos e separatismos

Nacionalismo árabe e pan-arabismo

Maria do Céu Pinto

O PAN-ARABISMO DESIGNA o movimento cuja premissa central é que os povos do mundo árabe constituem uma só nação unida por património linguístico, cultural, religioso e histórico comum, apelando ao comunalismo supranacional entre os Estados árabes baseado em preceitos nacionalistas, seculares e estatizantes (isto é, de carácter socialista). Opôs-se ao colonialismo e à política ocidental de intervencionismo no mundo árabe. O nacionalismo árabe surgiu na recta final do Império Otomano. O enfraquecimento daquele levará à tomada do poder em 1908 por parte dos “Jovens Turcos”, um movimento de militares interessado em reforçar o controlo central e a unidade nacional do núcleo do Império, isto é, das províncias turcas, o que era, em rigor, um nacionalismo exclusivamente turco. É de ressaltar que o estímulo intelectual veio da Europa e dos EUA. As primeiras manifestações de nacionalismo árabe tinham uma matriz laica e não confessional e os seus principais critérios definidores eram a língua e a cultura árabe, principalmente o rico legado pré-islâmico.

As promessas ocidentais de independência árabe

No início da I Guerra Mundial, a França e a Grã-Bretanha, na procura de aliados contra o eixo turco-germânico, encorajaram a causa do nacionalismo árabe sob a liderança do xerife hashemita de Meca, Hussein bin Ali. Como guardião das cidades santas de Meca e Medina e descendente de Maomé, desfrutava de grande influência no mundo árabe, tendo-se colocado ao lado dos Aliados na luta contra o império Otomano. Tal aconteceu depois de os britânicos lhe terem oferecido uma garantia condicional de independência dos territórios árabes após a guerra.

Foi na Síria, Líbano, Palestina e Iraque que se desenvolveu o pensamento nacionalista pan-árabe, a par e passo com uma experiência de independência política: o “reino árabe” independente de Damasco, que vigorou de Outubro de 1918 a Julho de 1920 sob o governo do filho do xerife bin Ali, Faiçal. Os sonhos de independência, garantidos por promessas explícitas por parte dos ingleses e franceses, terminaram com uma intervenção armada francesa contra esse reino árabe. De resto, em 1916 o Reino Unido e a França já tinham assinado um acordo secreto, o Acordo Sykes-Picot, que definiu as suas respectivas esferas de influência na região. Depois da I Guerra, o Império Otomano foi dividido em Mandatos, legitimados pela Sociedade das Nações, em 1922. Os reinos do Iraque e da Transjordânia permaneceram sob controlo britânico; a Síria e o Líbano ficaram sob administração francesa. A Palestina, um caso à parte, ficou sob a administração directa dos ingleses, encarregados, nos termos da Declaração Balfour de 1918, de criar um “lar nacional judaico”.

A partir dos anos 30, a hostilidade árabe contra a entidade sionista em formação torna-se o principal foco de convergência da hostilidade dos nacionalistas árabes.

O nacionalismo árabe teve a sua expressão oficial, depois da II Guerra, na Liga Árabe, uma organização de carácter político com o objectivo de dar expressão às nações árabes. A solidariedade que caracteriza o grupo árabe é, frequentemente, aparente. Apesar da persistência de um forte sentimento solidário entre os povos árabes, conjugado a esforços ocasionais de fusão, não foi possível concretizar a unidade política daqueles países, tendo sido realizadas várias tentativas de unificação, como a República Árabe Unida (RAU), a União Árabe (1958), e os Emirados Árabes Unidos (1971). O principal instrumento do pan-arabismo a partir dos anos 50 foi o partido Baas, que se tornou dominante no poder na Síria e no Iraque. Baseado na combinação de ideologias nacionalistas e socialistas, o ideal baasista de unidade árabe foi parcialmente realizado com a criação da RAU entre a Síria e o Egipto. Contudo, o baasismo foi banido pelo líder egípcio, Gamal Abdel Nasser, em 1960, na sua tentativa de consolidar o poder dentro da RAU. As ambições hegemónicas de Nasser e os particularismos regionais levaram a Síria a retirar-se da RAU em 1961. Durante a década de 60, o presidente Nasser tornou-se o expoente do pan-arabismo, tendo congregado em si as esperanças de redenção do mundo árabe. Como líder pan-árabe e adepto da unidade do Terceiro Mundo e dos Não-Alinhados, Nasser gozou de um prestígio inigualável na história contemporânea do mundo árabe. Precipitou a guerra de 1967 contra Israel, uma derrota desastrosa para o Egipto, mas que foi vista temporariamente como uma tentativa de restabelecer o orgulho árabe depois de décadas de dominação ocidental; contudo, o seu prestígio manteve-se intacto até à sua morte.

O declínio do pan-arabismo

A morte de Nasser em 1970 marca o declínio do pan-arabismo. No início dos anos 70, o projecto de união entre o Egipto e a Líbia faliu. Contudo, na guerra israelo-árabe de 1973, os países árabes manifestaram uma notável coesão ao utilizarem o embargo petrolífero como uma arma política contra o Ocidente. Esta coesão foi fracturada pelos acordos de Camp David de 1978, quando o Egipto de Sadat decidiu celebrar uma paz separada com Israel. A Guerra Irão-Iraque de 1980-88 pôs mais uma vez de manifesto as enormes clivagens no seio do mundo árabe.

Em rigor, desde meados do século XX, quando as ideologias do pan-arabismo e o nacionalismo árabe estavam no auge da sua popularidade com Nasser, os países árabes sofreram repetidos golpes ao seu prestígio, especialmente através de humilhações

recorrentes, nomeadamente a derrota dos exércitos árabes às mãos de Israel.

Tratados de paz posteriores entre Israel e os vizinhos – Egipto (1979), Autoridade Palestiniana (1993), e Jordânia (1994) – não foram nunca bem recebidos pela “rua” árabe (ou muçulmana). O nacionalismo árabe também vacilou quando os líderes árabes não conseguiram cumprir as promessas de bem-estar e dignidade ao fim de várias décadas de independência. Israel expandiu com sucesso a sua presença na Cisjordânia, Faixa de Gaza, península do Sinai, montes Golã e em Jerusalém Oriental à custa dos Estados árabes vizinhos.

“
Depois de 1967 o nacionalismo de Estado (Wataniya) ultrapassou o nacionalismo árabe (Qawmiyya) como a força motriz da política externa dos líderes árabes.”

O reconhecimento formal da existência de Israel em 1979 pelo governo da mais importante nação do mundo árabe do ponto de vista cultural e histórico, o Egipto, foi imediatamente hostilizado pelo seu correspondente cultural e histórico: o Irão persa e xiita. O ayatollah Khomeini, procurando catapultar a sua nova República Islâmica para o papel de liderança que o Egipto muçulmano tinha abandonado ao fazer a paz com Israel, começou a financiar os movimentos militantes islâmicos em toda a região, principalmente no Líbano, com a criação do Hezbollah. A rápida derrota do Iraque em 1991 marcou o fim incontestável do nacionalismo árabe e o poder do último defensor público da causa, Saddam Hussein. A retórica pan-arabista foi usada, pela última vez e de forma infrutífera, pelo ditador iraquiano numa tentativa de inviabilizar a adesão dos países árabes à coligação aliada liderada por Washington. Aquele foi rapidamente derrotado por uma coligação militar internacional apoiada por numerosas nações árabes. Posteriormente, em 1993, o líder secular nacionalista palestino, Yasser Arafat, assinou um tratado de paz com Israel. Muammar Khaddafi, líder histórico da Líbia independente, ficou tão chocado com a falta de unidade árabe que dissociou definitivamente o seu país da etnia árabe e virou-se para África, promovendo a criação da “União Africana”. O pan-arabismo perdeu a sua força, tendo sido substituído pelo pan-islamismo. Enquanto isso, o ataque militar contra o Afeganistão pelas forças do Exército Vermelho mobilizou muitos devotos sunitas, que aderiram a brigadas voluntárias de *mujabidin* (“guerreiros santos”) para lutar contra o exército soviético. Os EUA e seus aliados ocidentais, obcecados com a derrota do comunismo a qualquer

custo, decidiram apoiar os *mujabidin*, apesar da virulência do seu pensamento. Foi durante a guerra de guerrilha no Afeganistão que um combatente árabe chamado Osama bin Laden lançou as bases de um grupo militante sunita puritano que se tornou conhecido como al-Qaeda (“a base”).

Na década entre Camp David e a Guerra do Golfo de 1991, o extremismo islâmico floresceu, com os conflitos a alastrar por todo o Médio Oriente. A Guerra Irão-Iraque (1980-1988) e a guerra civil libanesa (1975-1990) alimentaram as tensões sectárias em toda a região entre rivais sunitas e xiitas, permitindo ao Irão ganhar uma posição forte no Médio Oriente através das suas alianças com o Hezbollah e a Síria. Ao mesmo tempo, a derrota e retirada das forças soviéticas do Afeganistão, em 1989, encorajou os militantes fundamentalistas sunitas, incluindo bin Laden, que se viraram contra os seus antigos patrocinadores. A decisão da Arábia Saudita de permitir que as tropas internacionais estacionassem no país durante a Guerra do Golfo deu a bin Laden o *casus belli* que procurava para lançar a sua campanha internacional de terror.

Ao longo da década de 90, enquanto autocratas nacionalistas e seculares se mantinham firmes no poder na Tunísia, Líbia, Egípto, Síria, Iémen e Iraque, os movimentos islâmicos infiltraram-se no subsolo social e político dos países árabes, tal como os seus irmãos jihadistas radicais. Após os ataques de 11 de Setembro de 2001, com a subsequente intervenção do Afeganistão, os EUA e os seus aliados concentraram os seus esforços na luta contra os grupos extremistas islâmicos.

O “novo arabismo”

Até recentemente, o arabismo foi amplamente considerado uma força esgotada, não se concretizando o sonho nasserita de um único Estado árabe unificado. Apesar de os líderes que se dizem herdeiros de Nasser continuarem a empregar uma retórica nacionalista árabe, como a do Iraque de Saddam Hussein ou da Síria de Hafez e Bashar al-Assad, os historiadores em geral concordam que depois de 1967 o nacionalismo de Estado (*Wataniya*) ultrapassou o nacionalismo árabe (*Qawmiyya*) como a força motriz da política externa dos líderes árabes. Tal pode ser comprovado pelos objetivos primeiramente estatais do Egípto e da Síria na guerra de 1973 com Israel e a decisão de Anwar Sadat de fazer a paz com Israel. No final dos anos 70, o sistema estatal tinha sido consolidado através da injeção maciça de petrodólares e por uma nova geração de líderes árabes concentrados na resolução dos problemas nacionais. Se alguma coisa ficou no seu lugar foi o islamismo, inspirado pela Revolução Iraniana, que desafiou este *statu quo*, o que levou Fouad Ajami, entre outros, a declarar o pan-arabismo nasserita “morto”. No entanto, a era tecnológica do final dos anos 90 e 2000 levou alguns estudiosos a reconsiderar o fim do nacionalismo árabe. Os seus líderes deram assumidamente prioridade ao Estado sobre a nação árabe, com a sua política externa, nomeadamente em 1991, com a postura na Guerra do Golfo. Contudo, uma rede de televisão por satélite alimentou uma nova forma de arabismo popular. Designada alternadamente por “novo-arabismo”, “esfera públi-

ca árabe” ou “mcarabismo” por Shibley Telhami, Marc Lynch e Khalil Rinnawi, respectivamente, afirmando que os média árabes transnacionais, liderados pela canal qatarita de notícias al-Jazeera, criou através do mundo árabe uma esfera cultural comum politizada, de uma forma que Nasser e outros políticos nunca poderiam ter feito. Assim, emergiu uma nova “rua árabe” que põe em causa a política externa dos seus governos pró-ocidentais, exigindo ações em áreas que mobilizam essa “rua”, como o conflito israelo-palestiniano, o Iraque ou o Líbano. Enquanto alguns chamam a este novo arabismo “nacionalismo”, uma vez que existe paralelamente e não em oposição às identidades estaduais cada vez mais arraigadas, ele representaria uma comunidade imaginada, no sentido andersoniano. Os média transnacionais incentivam os telespectadores a considerar-se como membros de uma “comunidade árabe” mais vasta e supranacional.

A Primavera Árabe pode ser interpretada como o resultado deste “novo arabismo”? Quando Mohammad Bouazizi, um jovem vendedor de rua da Tunísia, se imolou pelo fogo (17 de Dezembro de 2010) por ter sido humilhado por um agente de polícia e não ter perspectivas de vida, poucos esperavam que tal evento desencadeasse uma onda de agitação em todo o mundo árabe que acabaria por derrubar os governos da Tunísia, Egíto e Líbia e ameaçaria outros, como o Bahrein. Desde o início das revoluções, as nações que foram mais severamente abaladas pela turbulência da Primavera Árabe são aquelas que emergiram de décadas de regime autocrático sob ditadores seculares e nacionalistas: a Tunísia de Ben Ali, a Líbia de Kaddafi, o Egípto de Mubarak, a Síria de al-Assad, o Iémen de Abdallah Saleh, e o Iraque de Saddam Hussein.

No entanto, a natureza contagiosa dos protestos sugere a emergência de uma identidade árabe supranacional: como é que uma revolução na Tunísia foi capaz de inspirar a agitação antigoverno no Egípto, Bahrein, Iémen, Líbia, Síria, Marrocos e Jordânia, mas protestos similares no Irão, em 2009, não tiveram tal efeito? O sentimento de comunhão e de identificação que manifestantes noutros países árabes sentiram com os tunisinos é uma resposta possível. Outra manifestação da identidade árabe que também ajudou a espalhar os protestos ocorreu na Praça Tahrir, onde os egípcios alegaram ser inspirados pela Tunísia, mas também envergonhados e revoltados e, por isso, estimulados a agir. Acreditavam que o Egípto, como *Umm Dunya* (Mãe do Mundo [árabe]) devia assumir a liderança na democratização da região, não a periférica Tunísia. Igualmente importante para o sucesso da Primavera Árabe foi o papel desempenhado pelos novos média, parte da esfera cultural árabe coletiva. A al-Jazeera desempenhou um papel de destaque, por exemplo, na revolução egípcia. Embora a estação seja nominalmente independente, foi evidente como concentrou a sua atenção no Egípto, mas ignorou a agitação nos países vizinhos aliados, como o Bahrein. Da mesma forma Facebook, YouTube e Twitter foram usados pelos árabes de diferentes Estados para trocar métodos, histórias e táticas para desafiar os seus regimes. Tudo isto faz crer que uma nova esfera pública árabe facilitou de facto a Primavera Árabe.

Mesmo em Estados que não testemunharam protestos generalizados, o receio levou os governos a agir preventivamente. Na Argélia e Arábia Saudita, milhares de milhões de petrodólares foram investidos em programas de assistência para dissuadir qualquer potencial oposição. Em Marrocos, Oman e Jordânia, ao primeiro sinal de inquietação, foram encetadas reformas democráticas.

No entanto, há um outro lado da Primavera Árabe e da sua relação com o “novo arabismo”. Embora a identidade árabe tenha claramente desempenhado um papel na difusão da agitação da Tunísia e do Egípto, tal não significa necessariamente que o arabismo se vai continuar a reforçar após a Primavera Árabe. Ironicamente, o contrário pode acontecer, quando os (novos) governos voltarem a sua atenção para dentro, para satisfazer as demandas políticas e económicas dos manifestantes. Embora a identidade árabe tenha sido o essencial na difusão da agitação, os problemas de fundo eram essencialmente nacionais, de carácter doméstico (emprego, liberdade e dignidade) e poucos tunisinos e egípcios se queixaram da proximidade de Ben Ali e de Mubarak com o Ocidente. A proliferação de bandeiras nacionais nas manifestações sublinha a agenda claramente nacional das mesmas. Além disso, existe a possibilidade de uma reação contra questões ditas “árabes” previamente populares de política externa, como o conflito palestiniano, uma vez que muitos regimes usaram ao longo de décadas essa questão como justificação para políticas securitárias repressivas.

O “novo arabismo”, tal como sublinharam Telhami, Lynch e outros, encontrou espaço seja para a *Qawmiyya*, seja para a *Wataniya*: os telespectadores da al-Jazeera foram autorizados a ser simultaneamente árabes orgulhosos e nacionalistas. Os objetivos nacionalistas pan-árabes unionistas de Nasser foram há muito abandonados, mas tal não significa que a persistência de uma identidade árabe supranacional, amplificada pela televisão por satélite, deva ser menosprezada. A Primavera Árabe é, em muitos aspetos, o produto desta dupla identidade. ■

Referências

- AJAMI, Fouad (1978), “The End of Pan-Arabism”, *Foreign Affairs*, vol. 57, nº 2, pp. 355-373.
- ANDERSON, Benedict R. O’G. (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres: Verso.
- KHALIDI, R., et al. (1991), *The Origins of Arab Nationalism*, NY, Columbia University Press.
- LYNCH, M. (2012), “Blogging the New Arab Public”, disponível em: <http://www.arabmediasociety.com/index.php?article=10&p=1>.
- LYNCH, M. (2012), “The Big Think behind the Arab Spring: Do the Middle East’s Revolutions Have a Unifying Ideology?”, disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/11/28/the_big_think.
- LYNCH, Marc (2006), *Voices of the New Arab Public – Iraq, Al-Jazeera, and Middle East Politics Today*, New York: Columbia University Press.
- RINNAWI, Khalil (2006), *Instant Nationalism: McArabism, Al-Jazeera, and Transnational Media in the Arab World*, Lanham, MD: University Press of America.
- SAWANI, Youssef Mohamed (2012), “The ‘End of Pan-Arabism’ Revisited: Reflections on the Arab Spring”, *Contemporary Arab Affairs*, vol. 5, nº 3, pp. 382-397.
- TELHAMI, Shibley (1999), “Power, Legitimacy and PeaceMaking in Arab Coalitions – The New Arabism”, in Leonard Binder (ed.), *Ethnic Conflict and International Politics in the Middle East*, Gainesville: University of Florida Press, pp. 43–60.